



## LEI Nº 5.417, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2004

*Dispõe sobre a obrigação da colocação de cartazes em bares e similares, referentes a proibição da venda de bebidas alcoólicas, cigarros e assemelhados a crianças e adolescentes. (\*)*

PUBLICADO DO DOE Nº 237, DE 21-12-2004

### **O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ**

**FAÇO** saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Torna obrigatória em bares, restaurantes, casas de diversão e similares, no Estado do Piauí, a colocação de cartazes informativos referentes à proibição da venda de bebidas alcoólicas, cigarros e assemelhados a crianças e adolescentes menores de idade.

§ 1º – Os cartazes deverão contar os seguintes dizeres: **“É PROIBIDA A VENDA DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, CIGARROS E ASSEMELHADOS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES MENORES DE IDADE, CONFORME O ART. 81, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES (Lei Federal nº 8.069, de 1990)”**.

§ 2º - Os cartazes deverão ser afixados em lugares visíveis e de fácil leitura.

Art. 2º. A comunidade poderá por meio de entidades representativas locais afins, formar parcerias para campanhas de divulgação, cujo objeto seja o atendimento do **caput** do art. 1º.

Art. 3º. Incube ao Executivo Estadual, por intermédio dos órgãos competentes, a fiscalização dos estabelecimentos referidos no **caput** do art. 1º, com objetivo de assegurar a uniforme aplicação desta Lei.

Art. 4º. Os estabelecimentos que não atenderem ao disposto nesta Lei sofrerão as seguintes penalidades, em ordem progressiva, por reincidência:

I – multa de 200 UFR-PI, que serão revestidos em favor do FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTES, previsto no art. 88, inciso IV, do Estatuto da Criança e do Adolescente, disciplinado nos arts. 71 a 74 da Lei Federal nº 4.320/64;

II – suspensão do Alvará de localização e do exercício das atividades por trinta dias, cumulado com multa de 200 UFR-PI.

III – Cancelamento Definitivo do Alvará de Localização e Funcionamento.

Parágrafo único. Os recursos oriundos das multas dispostas neste artigo serão destinadas ao FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE local.

Art. 5º. Esta Lei será regulamentada pelo Executivo Estadual no prazo de sessenta dias.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**PALÁCIO DE KARNAK**, em Teresina(PI), 20 de dezembro de 2004

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(\*) Lei de autoria do Deputado **Marden Meneses** (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07-06-2000).